

Autor **Jorge Wemans**

Jornalista e provedor do telespetador da RTP

Éramos numerosos naquela manhã do princípio de junho de 2006 na sala de reuniões do 5º andar da sede da RTP, na Av. Marechal Gomes da Costa. Talvez faltassem dois ou três. Não mais. Quase todos os que tínhamos sido provedores em algum órgão de comunicação social respondêramos positivamente ao convite de José Nuno Martins e do professor José Manuel Paquete de Oliveira. Nessa manhã reuniam connosco, num encontro informal, querendo escutar o balanço da experiência de cada um de nós enquanto *ombudsmen*. E perguntávamos quais as “recomendações” que queríamos deixar aos novíssimos provedor do ouvinte e provedor do telespetador que a RTP acabava de, pela primeira vez, nomear. Recordo esse debate como um encontro descontraído, aberto e pleno de contribuições muito significativas.

Não me lembro de ter havido, depois desta, qualquer outra reunião semelhante. O que diz muito sobre a consideração de que gozava entre os jornalistas (creio que os que já havíamos sido provedores éramos todos jornalistas) quem nos convocava. E também não diz menos sobre a seriedade e o empenho com que o professor Paquete de Oliveira assumiu aquela função. Que eu já pudera testemunhar num anterior momento em que ele expusera, diante de todos os diretores de conteúdos da RTP, o seu entendimento quanto ao que se propunha realizar e o que esperava fomentar no seu relacionamento connosco.

Sendo, à data, diretor da RTP2 e tendo sido provedor do leitor do jornal Público, creio ter sido a única pessoa duas vezes convocada pelos provedores da RTP, nesses meses que antecederam a sua efetiva “entrada em funções”. E foi nessa dupla condição que acompanhei a ação do primeiro provedor do telespetador da RTP. Com toda a disponibilidade para com ele colaborar, mas com não menor curiosidade sobre como lidaria com os dilemas típicos do cargo.

Na verdade, no verão de 2006, tudo estava por fazer. É certo que a lei desenhara já o quadro genérico, mas aquilo que viria a ser a função do provedor do telespetador estava, ainda, completamente por definir. Só a prática concreta o permitiria elucidar. Tal como em

outras funções unipessoais, são o carácter e o saber de quem ocupa o lugar que definem o impacte, a qualidade e a relevância da função.

José Manuel Paquete de Oliveira trouxe muita gente ao ecrã para falar sobre televisão, sobre a televisão que os diferentes canais da RTP faziam; interpelou diretores, autores e jornalistas com questões pertinentes; procurou mediar conflitos, irritações e indignações entre quem via e quem fazia televisão; nunca se esqueceu de ouvir todos os que devia para estabelecer a sua opinião; foi sempre independente e autónomo, escrutinando a ação dos responsáveis da estação pública até onde lhe parecia necessário; respeitado, não deixou de emitir opinião contundente quando pensou ser importante fazê-lo. Contribuiu para aumentar a capacidade crítica do telespetadores, a transparência das opções da RTP e deixou o Serviço Público de Televisão melhor do que quando iniciou o seu mandato. Que mais se poderia pedir?

Sobretudo para quem, com a sua habitual justeza e ponderação, afirmava entender o cargo que desempenhava num quadro em que

os resultados de uma instância promotora de auto-regulação terão de ser sempre obtidos de modo lento. Por outro lado, alguns pequenos resultados, em auto-regulação, serão, em regra, atribuíveis a uma correlação de medidas conjugadas, sem ser importante determinar de quem foi o mérito. (Oliveira, 2007, p. 72)

Partilho completamente desta visão moderada quanto ao impacte da ação do provedor do telespetador. Mas tal expectativa em nada reduz o rigor, a frontalidade e a dedicação com a figura inspiradora de José Manuel Paquete de Oliveira nos incentiva a exercer este cargo. De resto, o modo como exerceu a função de provedor do telespetador da RTP, mais do que ter marcado a missão deste, constituiu o verdadeiro ato da sua criação. Todos os que lhe sucederam (incluindo eu próprio) continuámos a apresentar o texto elaborado pelos primeiros provedores como referência pública para o modo como entendemos a nossa tarefa. Texto que termina assim:

(...) Não basta ao Gabinete dos Provedores assumir-se apenas como repositório de observações, protestos e eventuais queixas oriundas dos Ouvintes ou Telespetadores.

No exercício de mediação que lhes é atribuído por Lei, os Provedores não podem dispensar, antes devem exercer o seu papel privilegiando funções pedagógicas e de formação do cidadão como consumidor de Rádio e de Televisão.

Mas cada parecer do Provedor, ainda que escorado na indagação acerca de todos os casos analisados, ou até no recurso a terceiras entidades, revestirá sempre o carácter de uma posição solitária, responsável e independente.

É esta a inspiração que procuro honrar.

Jorge Wemans
Lisboa, junho 2017

Referências bibliográficas:

Oliveira, J. (2007). Relatório do Provedor do Telespetador da RTP. Retirado de http://img.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_tv/pdf/rc_provedortv2006.pdf

Biografia do Autor:

Jorge Salvador de Sande e Castro Wemans, nascido em Lisboa a 16 de maio de 1953, jornalista. Diplomado em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo de Paris. Atual provedor do telespetador da RTP. Foi diretor da RTP2, diretor do Serviço de Comunicação da Fundação Calouste Gulbenkian, diretor de Informação da Agência Lusa, provedor do leitor do jornal *Público*, diretor-adjunto do jornal *Público*, subdiretor do semanário *Expresso*, editor do Suplemento de Economia do *Diário de Notícias*. Lecionou a cadeira Deontologia da Comunicação do Curso de Comunicação Social e Cultural da FCH da UCP. Foi fundador e presidente da direção da Associação Nacional de Direito ao Crédito.